

PS só aceita taxar imóveis acima de €1 milhão

**Novo imposto
sobre património não
é pacífico entre os
socialistas. BE quer
taxar acima dos 500 mil**

O PS já decidiu. “Não vai aprovar” um imposto para património imobiliário inferior a €1 milhão e, “mesmo assim, tem reticências”, podendo o limite mínimo a propor ser ainda superior. **P10**



PS só aceita taxar acima de €1 milhão

BE quer limite mínimo de €500 mil para novo imposto sobre património. No PS, assunto não é pacífico

ADRIANO NOBRE,
ANA SOFIA SANTOS
e HELENA PEREIRA

Os moldes do acordo foram avançados na quinta-feira por Mariana Mortágua, depois de uma notícia do "Negócios": o Bloco de Esquerda e o Governo tinham acordado a inclusão no próximo Orçamento do Estado de um novo imposto sobre património imobiliário elevado, com incidência a partir do limite mínimo de €500 mil. O PS não negou a inclusão do imposto no OE, mas recordou que ainda decorriam trabalhos para definir os seus contornos e que também estava a falar com o PCP sobre estas matérias. Dentro do PS, porém, alguns deputados questionaram o efeito que tal medida pode vir a ter e, segundo apurou o PS, o grupo parlamentar não está disposto a dar o OK ao patamar dos €500 mil, defendido pelo BE.

O PS "não vai aprovar" um imposto para património inferior a €1 milhão e "mesmo assim tem reticências" podendo o limite mínimo ser ainda maior, garantiram ontem ao Expresso fontes do grupo parlamentar. Um deputado socialista não es-

condeu o incómodo com a presa do BE no anúncio do acordo e assume a situação como "um entusiasmo juvenil" dos bloquistas em torno de uma medida que já estava prevista no programa de Governo do PS. Mas que ainda está longe de estar devidamente sustentada: o valor da taxa é uma incógnita; o patamar mínimo de incidência não está fechado; a sua progressividade está por definir; e a estimativa de receita oscila entre os €100 milhões e os €200 milhões. No meio da discussão, ontem o Presidente veio pedir "estabilidade fiscal" e alertar para os riscos de "se afugentar investimento".

Parece haver, porém, algumas certezas. A avaliação feita pela Autoridade Tributária (AT) à luz deste novo imposto terá por base todo o património imobiliário dos contribuintes,

Taxa sobre património imobiliário elevado ficou prometida no Programa de Estabilidade. PCP já tinha proposto medida no OE-2016

seja ele primeira habitação, casa de férias ou casa para arrendamento; a taxa será cobrada sobre a soma do património individual e não pelo valor de cada imóvel; o valor patrimonial será medido pelo valor tributário (inferior ao valor de mercado); e haverá isenções sobre património afeto a atividades industriais.

Parante as críticas do PSD e do CDS sobre este novo imposto e sobre o seu impacto na classe média, o BE assegurou que a proteção da classe média estaria garantida à partida pelo valor mínimo de €500 mil a partir do qual o novo imposto teria incidência. Mas a ideia do PS é puxar essa fasquia ainda mais para cima, de forma a tornar impossível que contribuintes ditos da classe média possam ser de alguma forma afetados por esta medida. Porque o limite mínimo de €1 milhão salvaguarda a esmagadora maioria das habitações próprias, das casas de férias e até casos de pessoas que tenham também imóveis para arrendamento.

As alusões da direita ao afastamento, com esta medida, de cidadãos estrangeiros que queiram comprar casa em Por-

tugal são também refutadas, já que, defende a esquerda, esses investidores já pagam Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e imposto de selo sobre prédios de luxo. No que respeita ao mercado de arrendamento, as fontes próximas do Governo ouvidas pelo Expresso admitem criar salvaguardas de proteção que assumam, por exemplo, a forma de um "tratamento específico sobre o sobrecusto que o novo imposto representará nos rendimentos gerados por esses arrendamentos".

Impostos em alta

A carga fiscal sobre o património em Portugal tem vindo a aumentar nos últimos anos, com a receita de IMI entre 2004 (o ano a seguir à reforma da tributação do património) e 2015 quase triplicou para 1,6 mil milhões de euros. "O peso relativo dos impostos sobre o património (IMI) aumentou cerca de 0,5 pontos percentuais desde a chegada da *troika*, em 2011", refere Ricardo Reis, *partner* da Deloitte. Segundo dados da OCDE, em 2014, a tributação do património em Portugal pesava 2,5% no total dos impostos cobrados, encontrando-se

o país mais ou menos a meio da tabela. Aliás, segundo o fiscalista, o "IMI aumentou mais do que proporcionalmente à subida observada no nível de fiscalidade geral".

A este respeito, Rogério Fernandes Ferreira, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do Governo de António Guterres, menciona um estudo da Comissão Europeia, de julho de 2015, onde se chega à conclusão que Portugal "se encontra acima da média europeia". Na sua opinião, a tributação global do património imobiliário com aplicação de taxas progressivas é a "total perversão de um imposto", já que o IMI está baseado no "princípio do benefício", enquanto o novo imposto estará "assente numa pretensa capacidade contributiva".

Além disso, o ex-governante lamenta que o Executivo esteja a olhar "cegamente para o valor patrimonial tributário de determinada casa e assumi-la como 'fortuna', menosprezando o que é a diferença entre 'riqueza' bruta e 'riqueza' líquida". E deixa o alerta: "Como são raros os casos em que a titularidade de património imobiliário representa capacidade contributiva, fica aberta a porta para

a desigualdade na tributação". Também Tiago Marreiros Moreira, sócio-coordenador da área fiscal da Vieira de Almeida, teme injustiças. "Se a aquisição do património imobiliário foi feita em grande parte com recurso a financiamento, como aconteceu a muitas famílias da classe média, não deverá atender-se ao património imobiliário líquido desse financiamento? Ou também se pretende tributar com este novo imposto as 'fortunas a crédito', que já pagaram Imposto do Selo sobre o financiamento?", alerta o advogado.

Existem recomendações internacionais (da OCDE e da Comissão Europeia) para se substituírem impostos sobre o rendimento por impostos sobre o património. Porém, "tal só pode ser considerado benéfico se existir efetivamente um mecanismo de compensação, de tal forma que cada contribuinte acabe por não pagar mais impostos", refere Ricardo Reis. "Em simultâneo à criação ou aumento de um imposto sobre imóveis deveriam observar a criação de mecanismos de redução do IRS ou do IRC", sustenta o fiscalista da Deloitte.

abnobre@expresso.imprensa.pt

O QUE ELES DIZEM

PS

"A medida não está totalmente fechada. Este trabalho foi feito com o BE mas há também trabalhos em curso com o PCP", disse Brilhante Dias

BE

"Este imposto salvaguarda a classe média e dirige-se ao património de luxo que hoje não é tributado", defendeu Mariana Mortágua

PCP

"Já fizemos uma proposta para taxar a 1% o património acima de €1 milhão, mas estamos a analisar estas questões com o Governo", explicou Paulo Sá

PSD

"Como o Governo não controla a despesa e a economia está estagnada, cada vez há mais impostos", disse Leitão Amaro

CDS

"O Governo não consegue arrecadar mais impostos por via do crescimento da economia e vai deitando a mão a tudo o que pode", criticou Cristas



O Orçamento de 2017, de Costa e Centeno, vai aumentar impostos indiretos FOTO: MARCOS BORGIA

Dois ministros, duas gaffes

Costa corrigiu Centeno: não se fala de resgate. E Pedro Marques teve de fazer as pazes com o BE

"Não faz sentido, não tem qualquer cabimento, falar em qualquer tipo de resgate" — as palavras são de António Costa e foram ditas um dia depois de Mário Centeno ter admitido implicitamente esse resgate numa entrevista a um canal

internacional de notícias. Na segunda-feira, o ministro das Finanças confessou à CNBC que evitar um novo pedido de assistência financeira é a sua "principal tarefa", acrescentando que "o nosso compromisso em matéria orçamental e a redução da despesa pública vai precisamente nesse sentido".

Um dia depois, o primeiro-ministro, já com o conforto de a agência Moody's ter afastado

um cenário de segundo resgate, passou uma esponja sobre o assunto — de uma assentada, Costa corrigiu o tiro do ministro das Finanças e tentou virá-lo contra Passos Coelho, que nas jornadas parlamentares do PSD voltou a aflorar o risco de Portugal voltar a sofrer o "mal maior", num eufemismo para falar de resgate sem dizer a palavra. "Destá vez, se acontecer qualquer coisa desse tipo, só por consequência de ato deliberado", avisou Passos. Mas questionado depois sobre o mesmo assunto, o líder do PSD não insistiu: "Não vejo sequer que interesse a alguém na política portuguesa, muito menos a quem já desempenhou lugares de responsabilidade como eu, que essas hipóteses sequer pos-

sam ser consideradas". Maria Luís Albuquerque já tinha feito o mesmo: "Eu não colocaria a questão nesses termos", respondeu ao "Jornal de Negócios" perante a mesma pergunta que fez Centeno tropeçar.

Dentro do PS, o ministro das Finanças ficou com as orelhas a arder: A crítica generalizada foi a de que, mais uma vez, Centeno não soube reagir politicamente e deixou que o balão de um hipotético resgate enchesse.

Mal-estar com o BE

Mas a gaffe internacional do ministro das Finanças, que até obrigou Catarina Martins a saltar em defesa de Centeno, não foi a única a agitar os bastidores do Governo e dos

seus parceiros esta semana. Noutro assunto, Contratos Emprego Inserção, o mesmo BE não perdoou e atacou mesmo o ministro do Planeamento de "alimentar novas formas de trabalhos forçados".

Pedro Marques anunciou no início da semana, num encontro com autarcas, que o Portugal 2020 iria ter 54 milhões de euros para Contratos Emprego Inserção (CEI). Ora, trata-se de um mecanismo polémico que

permite ao Estado, por exemplo, recrutar beneficiários do subsídio de desemprego e outros apoios sociais para tarefas, em muitos casos, de carácter permanente.

O Ministério do Planeamento, soube o Expresso, tratou logo de esclarecer o BE que se tratou de um "lapso" e que aquele valor era destinado a política ativa de emprego e não apenas para CEI. Os bloquistas acabaram por enviar um requerimento ao Ministério do Trabalho, que tutela esta área, e que já está a preparar uma resposta no sentido de sossegar o BE, explicando que o número de CEI tem vindo a diminuir.

FILIPPE SANTOS COSTA
e HELENA PEREIRA
fscosta@expresso.imprensa.pt